



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS -----

----- DO DIA 18 DE JULHO DE 2008 -----

----- **ACTA NÚMERO DEZANOVE** -----

----- Aos dezoito dias do mês de Julho do ano dois mil e oito reuniu, com carácter extraordinário, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Edifício da Câmara Municipal de Manteigas, a Assembleia Municipal de Manteigas sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelas Senhoras Patrícia Negrão Duarte Madeira (em substituição do Senhor Deputado António Lívio Martins Roque) e Ermelinda Salvado, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Intervenção do Público.** -----

----- **Período da ordem do dia.** -----

----- Ponto um: Análise dos actuais valores das tarifas de água, saneamento e resíduos no Concelho de Manteigas. -----

----- Ponto dois: Autorização para a contratação de empréstimo até ao valor de 583.722,00 €, para a requalificação urbana da estrada de ligação da EN 232 à ER 338. ---

----- Ponto três: Primeira revisão orçamental. -----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças [**ANEXO 1**], para além dos mencionados, os Senhores Deputados Municipais: Albino Massano Leitão, António Santos Ferrão (em substituição do Senhor Deputado Horácio Rabaça Gaspar), Albino Saraiva Cardoso, Renato Carvalho Barbosa (em substituição do Senhor Deputado André Craveiro Leitão), Alfredo Serra Carvalho Marcelo (em substituição da Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira), Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, Armandino Martins Suzano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas e os Senhores Vereadores José Pinheiro, Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga. -----

----- Faltaram à reunião os Senhores Deputados Horácio Rabaça Gaspar, António Lívio Roque, André Craveiro Leitão e Fernanda Isento Pereira, os quais justificaram a falta relativamente à presente sessão e solicitaram a respectiva substituição. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Às **vinte horas e quarenta minutos**, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e informou do seu agrado em registar a presença de tantos munícipes, recordando aos presentes que o horário destas reuniões, inicialmente às catorze horas e trinta minutos, passou a ser às vinte horas e trinta minutos na expectativa de uma maior afluência por parte dos munícipes. Tal não se verificou e, numa tentativa mais recente de obter a participação do público, a ordem da agenda de trabalhos foi invertida, passando a intervenção do público para o início das sessões. Mesmo assim, a presença e intervenção dos munícipes tem sido escassa, constatando-se invariavelmente a presença dos mesmos elementos. Embora consciente do motivo que traz os presentes aqui, a esta sessão, não deixa de se congratular com tanta afluência. -----

----- Disse depois que tinha recebido do Senhor Presidente da Câmara, assim como todos os presentes, cópia da carta recebida da Águas do Zêzere e Côa sobre a nova taxa de Recursos Hídricos que passará a constar na facturação a emitir a partir de Julho de dois mil e oito. Recebeu também, durante a tarde, uma recomendação assinada pelo Grupo Municipal do PSD [ANEXO 2], sobre o tarifário de águas, efluentes e águas residuais e resíduos. -----

----- Pediu, então, a palavra e insistentemente o deputado Albino Leitão, a fim de constatar a falta de condições do Salão Nobre para a realização desta Assembleia Municipal, face à presença de muitos Munícipes. Propôs ainda que, para comodidade de todos e para salvaguarda do Respeito devido aos Senhores Munícipes, fosse, de imediato, suspensa a Assembleia e a mesma fosse continuada no auditório do Centro Cívico. Os munícipes presentes manifestaram-se, por diversas formas, concordantes com a proposta. E, assim, face à presença de tanta gente, e sendo o Salão Nobre pequeno, o Senhor Presidente aceitou que a reunião da Assembleia Municipal fosse transferida para o Auditório do Centro Cívico. Informado pelos serviços de apoio da Câmara Municipal que o Auditório estaria preparado, embora sem as condições óptimas, dentro de meia hora, o Senhor Presidente interrompeu a sessão às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, dando conta aos presentes que a mesma teria continuidade cerca das vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório do Centro Cívico. -----

----- Retomada a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, o Senhor Presidente passou de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O Senhor Presidente aceitou inscrições dos munícipes que pretendiam intervir e, uma vez que se inscreveram dez pessoas e que o tempo destinado a este ponto da ordem de trabalhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

é de quarenta minutos, informou os intervenientes de que dispõem de quatro minutos cada um para expor as suas questões.-----

-----O Senhor Município José Lopes disse que interveio na última assembleia para expor a situação das águas e disse que o povo de Manteigas, quando lhe dão a palavra, não é 'arruaceiro'. Disse depois que quem fiscaliza os actos da Câmara Municipal é a Assembleia Municipal, constituída pelos legítimos representantes da população. Informou que foi maltratado, que tem documentos na sua mão que o provam, e solicita à Assembleia Municipal, como sua representante, que peça à Câmara Municipal que explique porque lhe descontam a mesma factura duas vezes no mesmo mês. Exige que a Câmara lhe peça desculpas por escrito por considerar que isto não é um lapso.-----

-----O Senhor Município José Baptista informou que tem o problema que toda a gente conhece, que já veio à Câmara e à Assembleia Municipais e que na última assembleia deu um prazo de oito dias para lhe responderem e não obteve qualquer resposta, quando o Senhor Presidente da Assembleia lhe disse que ia tentar resolver o problema. Referiu depois que ontem a água da rede era imprópria para consumo, que pediu à Câmara para intervir e que até hoje não teve resposta. Perguntou depois quando acaba a perseguição à sua pessoa, dizendo que tinha na mão documentos que mostravam que o Tribunal decidiu a seu favor o que, na sua opinião, provava que há perseguição da sua pessoa e da sua família directa. Pediu que o Executivo Camarário 'desse a vez a outros'.-----

-----Perante as palmas dos munícipes em relação a esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia informou o público que, de acordo com o parágrafo número dois do artigo trigésimo nono do Regimento da Assembleia Municipal de Manteigas "a nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas". Dirigindo-se depois directamente ao Senhor Município José Baptista, disse que por causa da preparação desta assembleia extraordinária e que ainda não tivera oportunidade para analisar a situação em conjunto com o Executivo camarário.---

-----O Senhor Município António Massano disse que há dias passou ao caminho da Senhora dos Verdes e ficou triste com o trabalho que está naquele caminho, que precisa de ser arranjado. Disse ainda que abriram a estrada e o povo não tira benefícios daquele caminho.-----

-----O Senhor Município José David Massano disse que não se justifica que, numa terra com tanta água como Manteigas, que abastece a capital do País, as gentes tenham de pagar a água tão cara. Disse depois que Manteigas está em crise e pediu que houvesse moderação nas taxas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Município Manuel Aldeia anotou as questões que queria colocar à Assembleia, pelo que passo a transcrever o que disse: “Não se justifica o aumento brutal no preço contido na factura da água. Esta postura da Câmara Municipal de maioria PSD revela uma insensibilidade social, perante uma população castigada pelo desemprego e a viver de magros recursos económicos (ou seja pensões baixas e salários paupérrimos). Por outro lado, o aumento da taxa dos resíduos sólidos e a introdução da tarifa de saneamento, indexada ao consumo de água, não tem razão de ser porque existem superfícies comerciais de pequena e média dimensão que, embora produzindo muito lixo pagam pouco, enquanto os municípios, ao consumirem mais água, pagam mais taxa de resíduos sólidos e de saneamento. Manteigas tem grande abundância de água, jorra abundante pelas encostas abaixo e é distribuída em gravidade com baixos custos, não se justificam os aumentos que nos querem impor. Existem outros concelhos onde a água escasseia e os custos de exploração são elevados, mas pagam menos como é o caso de Belmonte. Há cerca de seis anos foi promovido pelo PCP um abaixo-assinado, contendo duas mil assinaturas e levou o assunto à Assembleia Municipal. Recorde-se ainda que no ano de dois mil e dois, os aumentos nos vários escalões cifraram-se em trinta e seis, sessenta, cem e cerca de trezentos por cento, sendo ainda criado o quinto escalão, que não existia. De salientar a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, que afirmou relativamente à empresa Águas do Zêzere e Côa ‘Come verdadeiramente à mesa do orçamento’ e ainda ‘o custo social é grande, nós não podemos cobrar mais às pessoas pelos serviços de água e saneamento’, ‘a comunidade está empobrecida e tem dificuldades em pagar’. É pena que a Câmara Municipal de Manteigas não tenha idênticas preocupações sociais. Quando o Município de Manteigas aderiu à empresa, foi no pressuposto que esta nos iria oferecer serviços de qualidade, não advindo daí qualquer prejuízo para a comunidade manteiguense, mas na verdade a população de Manteigas nada lucrou com isso e hoje estamos todos a pagar os custos de uma decisão impensada e precipitada. Deveriam ter negociado cláusulas de excepção para o nosso concelho, tal como propusemos há seis anos atrás. Chamo ainda a atenção para o facto de a água no Município de Paris, em França, ter sido gerida até agora por empresas privadas mas, até final de dois mil e nove, a gestão da água e saneamento irá regressar ao domínio público. Em Manteigas a água e saneamento deveriam também voltar a ser geridos pelo município, que desde mil novecentos e trinta e sete apresentou tão bons resultados. Espera-se que a Câmara Municipal venha ao encontro das pretensões e anseios da população.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Município José Lucas disse que sempre que o caso é água os Manteiguenses estão presentes. Disse que não via tecer considerações sobre as taxas que aumentaram cem por cento, as quais pediu que fossem retiradas pois não há trabalho em Manteigas e já há gente a passar fome. Pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que olhasse para as necessidades da população. As pessoas estão a sair de Manteigas e com este aumento mais pessoas vão sair. Disse que o dinheiro dos idosos desaparece nas farmácias com as doenças. Pediu que cobrem apenas a taxa mínima e olhem pelo povo.-----

-----O Senhor Município Nataniel Rosa perguntou por que razão se há-de pagar a água mais cara quando a Câmara Municipal anda a dar água. Exigiu que lhe dessem, por escrito, a razão de autorizarem que a água do talho novo de Santa Maria não passasse pelo contador e a resposta que obteve foi que eram assuntos de 'lana caprina'. Perguntou ainda se um vereador do PSD tinha coragem de dizer o que lhe disse quando o apanhou a regar videiras e placas com água da boca de incêndio da rede. Perguntou ainda qual a sua moralidade para aprovar esta taxa da água. Disse ainda que fotografou a situação caótica dos depósitos das Fôrneas, com os cadeados rebentados, perguntando como é possível a Câmara não olhar para estas coisas.-----

-----A Senhora Município Conceição Prata quis saber se a factura que lhe veio à mão o mês passado foi aprovada pela Assembleia Municipal e perguntou como pode ela governar-se com dez euros por dia.-----

-----O Senhor Presidente respondeu de imediato a esta Município, informando os presentes que não compete a esta Assembleia definir os valores que vão nas facturas. Compete, sim, aprovar ou não a aplicação de taxas. A última aprovação foi feita pela Assembleia Municipal em mil novecentos e noventa e oito, com os votos favoráveis de todas as forças políticas na altura representadas na Assembleia Municipal de Manteigas.-----

-----A Senhora Município Isabel Ramos Massano disse que veio a uma reunião da Câmara colocar o problema que representam três remendos na Travessa do Bocage, à frente da sua casa e que solicitou que os mesmos fossem arrançados, já que há lá buracos onde cabe o pé da sua filha. Perguntou, se houver um acidente, a quem pede contas.-----

-----O Senhor Município José Paixão apresentou uma dúvida, que gostava de ver esclarecida, quanto à gestão das águas e resíduos em Manteigas. Se a gestão é da Águas do Zêzere e Côa, porque razão a leitura dos contadores e as reparações necessárias são feitas por funcionários da Câmara? Sendo aquela empresa a detentora da gestão da água e dos resíduos porque é que ainda não viu ninguém da Águas do Zêzere e Côa a fazer leituras e cobranças? Disse depois que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

há taxas de utilização que são cobradas a casas que não estão habitadas: não gastam água nem fazem lixo mas ao fim do mês pagam por tudo isto. Gostava de ser esclarecido sobre este assunto, inclusive gostaria de ter uma resposta por escrito, por parte da Câmara Municipal. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse ao Senhor Presidente que faria duas intervenções apenas e que esta seria muito curta para esclarecer a Senhora Munícipe Conceição Prata. Disse então, a este respeito, que a resposta do Senhor Presidente da Assembleia não foi completa, esclarecendo que a Assembleia Municipal, em mil novecentos e noventa e oito, quando aprovou os regulamentos, não aprovou tarifas. Disse depois que a Câmara é composta por cinco elementos, ou seja, três do PSD mais dois do PS, e que as tarifas foram aprovadas apenas com três votos a favor do PSD, o que levou à convocatória desta Assembleia Municipal extraordinária pelos membros do Partido Socialista. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, perguntou-lhe se já se deu conta que esta decisão da Câmara, de aumentar as tarifas, não vai de encontro aos interesses e necessidades dos Manteiguenses e se está disponível para revogar este aumento de taxas. “Se o Senhor Presidente da Câmara anuir, este problema fica já resolvido”. Perguntou, pois, ao Senhor Presidente da Câmara se aceita revogar o aumento das tarifas ou se, caso não as pretenda revogar, se ao menos aceita o pedido do Partido Socialista no sentido de rever rapidamente as tarifas e consensualmente, tentar obter-se uma solução justa e equilibrada. Declarou que, se a resposta a estas duas perguntas for negativa, terá de voltar a intervir. -----

-----O Senhor Presidente interveio para dizer que o Senhor Deputado disse exactamente o mesmo que ele já tinha dito. Passou depois ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

ANÁLISE DOS ACTUAIS VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS -----

NO CONCELHO DE MANTEIGAS -----

-----O Senhor Presidente referiu a documentação enviada com a convocatória sobre este tema [ANEXO 3] e voltou a referir a Recomendação do Grupo Municipal do PSD que havia recebido, tendo solicitado ao Senhor Deputado Manuel Carvalhinho para a ler. Enquanto isto, o Senhor Deputado Albino Cardoso entregou à mesa uma Moção do Partido Socialista [ANEXO 4]. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho leu então o documento acima referido, que aqui transcrevo: «Recomendação § Assunto: Tarifário de Águas, Efluentes e Águas Residuais (Esgotos) e Resíduos § As tarifas são sempre matéria de forte sensibilidade que é transversal, em termos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*apreciação crítica, a todas as sensibilidades político-partidárias municipais. § Elas são, normalmente, contestadas pelas populações, porque lhes saem do bolso já quase vazio. Outras vezes são fomentadas, procurando-se dividendos políticos. É um aproveitamento do mal-estar e dificuldades dos Municípios fazendo tábua rasa das leis. Infelizmente nisto os partidos são todos iguais. A situação é particularmente mais grave, porquanto se aproveitaram as reclamações quanto às tarifas da Câmara, mas não se apoiam igualmente as reclamações quando o Governo faz bem pior. § Quem não tem queixas neste País e em Manteigas quando ao aumento dos impostos, do custo dos combustíveis, do gás, do pão, dos alimentos, dos transportes, da electricidade, das propinas, das taxas moderadoras no internamento e nas intervenções cirúrgicas, aos oitenta mil licenciados sem trabalho, aos quinhentos mil desempregados, às mensalidades da casa a pagar à banca? § Quantos, até em Manteigas, a meses da reforma aos sessenta anos, não têm agora de esperar até aos sessenta e cinco anos para se reformarem? § Quantos enfermeiros, neste país de saúde débil, e professores num Portugal de fraca educação, não são enviados para as filas do Centro de Emprego? § Isto parece que não importa. O que importa é a tarifa do saneamento. § Há reclamações e devemos ser sensíveis, mas há silêncios que nos devem envergonhar. § Será que os aumentos do Governo são bons? Serão bons porque salvam a Pátria e emagrecem os Portugueses? § Os ajustes dos preços municipais às leis europeias e às leis de Portugal são maus? Estes são maus e servem, como alguns pré-auguram, para defender interesses pessoais? § Nós entendemos bem as preocupações e dificuldades dos Manteiguenses e até as reclamações com a tarifa do saneamento. § Mas quem é que entende que a partir deste mês de Julho o Governo criou mais uma taxa sobre a água e saneamento? Isto é de pasmar! § Afinal, esta taxa vai custar mais três por cento à Câmara. Vamos ter que a pagar todos. Mais uma vez se vai dizer que a culpa é da Câmara? É igual à taxa que o Governo aumentou nos resíduos (lixo), dois euros por tonelada. Afinal quem é que merece ser contestado? Quem é responsável? § Hoje sabemos mais sobre tarifas e temos dados que a Mesa da Assembleia nos remeteu que nos permitem analisar melhor esta realidade tarifária. § * Conhecemos a Lei da Água; conhecemos o PEASARII (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais). § * Conhecemos mais uma nova taxa do Domínio Hídrico que o Governo criou a partir deste mês e que vai encarecer a água e os esgotos em mais três por cento. § * Sabemos que as Câmaras são obrigadas a cobrar tarifas aos Municípios e assim cumprir a lei que as considera como indispensáveis para uma utilização racional da água e contenção de gastos e para garantir os custos de distribuição e tratamento final. É o princípio do utilizador-pagador. § * Sabemos que o tratamento dos efluentes (esgotos) é mais caro que a água que nós consumimos. § * Sabemos que o Governo já devia ter criado um regulamento tarifário*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*nacional para acabar com especulações e aproveitamentos político-partidários. § * Sabemos que o Governo se comprometeu a apoiar os Municípios mais pobres do Interior para ajudar a pagar as tarifas. É o compromisso que ele próprio assumiu no Plano Estratégico das Águas. § * Sabemos que o Governo não fez nem uma coisa nem outra, por isso no litoral as tarifas são mais baratas do que no Distrito da Guarda, o que é uma injustiça nacional e mais uma machadada na coesão social e territorial. § * Sabemos que há consumos exagerados e se diz haver por aí desvios de água. É preciso poupar água, porque é um bem raro e não se pode desperdiçar. § * Sabemos tudo isto, mas sabemos também que a situação do Concelho de Manteigas merece um olhar atento e preocupado que se não vem do Governo, como era sua obrigação e compromisso, terá de vir da Câmara. § De facto, diga-se, a Câmara já reduz em metade a factura da água e saneamento dos idosos com cartão. É bom pensar que a Câmara em preocupações e sentir social, como vimos mais uma vez nas contas de dois mil e sete. Lá está plasmado que mais de cento e vinte mil contos (seiscentos mil euros) foram gastos para não aumentar o custo da água e para não fazer pagar os esgotos e as águas pluviais. Isto foi dito e mostrado nas contas de dois mil e sete, mas palavras leva-as o vento. Quando se sente no bolso é que se lhe dá valor, não é nas despesas correntes ou de capital. § Sabemos que a Câmara tem conceitos firmados de justiça social e distributiva, como se vê pelos apoios e subsídios concedidos. Tem a Câmara e têm os Manteiguenses, independentemente da maneira como alguns, parece, entenderem confundir estas “justiças” com maquiavélicas insinuações. § Por tudo isto, § * Sabendo embora que a Câmara deve respeitar os seus compromissos perante a lei; § * Sabendo que o Governo não apoia conforme é sua obrigação os custos das águas e esgotos e, antes pelo contrário, os aumenta cada vez mais; § * Sabendo que as tarifas são matéria da competência do Executivo, mas considerando o que se refere no Plano e Orçamento de dois mil e oito, § Recomendamos: § 1º – Que a Câmara suspenda os actuais custos do primeiro e segundo escalões da tarifa de saneamento e os estabeleça com uma redução de cinquenta e vinte cinco por cento respectivamente. Assim se apoiarão as famílias com menos rendimentos e se fomentará o uso racional da água. Serão abrangidos e beneficiados setenta e cinco vírgula oito por cento dos consumidores. § 2º – Que se intervenha junto do Governo, através do Senhor Presidente da Assembleia, para: § a) Criar o regulamento tarifário nacional e assim evitar o aumento das desigualdades regionais e aproveitamentos político-partidários; § b) Apoiar, conforme o PEAASARII, os custos das tarifas dos sistemas do Interior do País, onde as pessoas menos ganham e mais pagam, avolumando a falta de coesão social e territorial; § c) Que não entre em vigor mais uma taxa sobre a água, a ser paga por todos nós, A TAXA DOS RECURSOS HÍDRICOS, que será facturada através dos sistemas multimunicipais em que o Governo tem a maioria*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

do capital e que terá que ser paga por cada um de nós § Manteigas, dezoito de Julho de dois mil e oito § O Grupo Municipal do PSD».-----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho concluiu dizendo que esta é a recomendação do Grupo Municipal do PSD, que não pretende impor nada e acha que a Câmara tem capacidade para aceitar esta recomendação e beneficiar, assim, três quartos da população.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse a seguir que o Partido Socialista não abdica das suas responsabilidades e que está aqui só para defender Manteigas. Perguntou depois se o Senhor Presidente da Câmara iria responder às duas questões colocadas pelo Senhor Deputado Albino Leitão, condição *sine qua non* para se tirarem conclusões do que expôs o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho. Como o Senhor Presidente da Câmara disse que responderia depois, continuou dizendo que justificar o aumento com o Governo é uma atitude que nunca esperou ver aqui. Em mil novecentos e noventa e oito aprovou o regulamento da água e do saneamento, e tantos outros, e disso se responsabiliza, mas não aprovou as taxas. Quando se aprovou a adesão à Águas do Zêzere e Côa o Partido Socialista venceu que deviam ser defendidos os interesses de Manteigas. Afirmou que não está a ser cumprida a solidariedade entre municípios e que não acredita que o Governo tenha feito leis diferentes para a Guarda e Belmonte, onde a água é mais barata que em Manteigas. Disse que nos estamos a esquecer que estamos numa zona para a qual o decreto aqui referido prevê excepções de Interioridade e perguntou se a Rede Natura onde estamos inseridos não pode ter um regime de excepção. Perguntou depois porque é que o terreno que foi comprado à Águas do Zêzere e Côa em Vale de Amoreira ainda continua na posse desta e se a sua venda não dava para amenizar os custos da Câmara Municipal. Em dois mil e dois fez-se um abaixo-assinado que não obteve resultados e agora está a acontecer o mesmo: fazem-se recomendações e não há respostas do Executivo. Repetiu que o Partido Socialista não enjeita responsabilidades e que deram conhecimento à população, em Março, das taxas e de mais uma taxa de um euro que não sabem se é ilegal por ter sido abolida a taxa de contador.-----

-----Depois de referir a demora e ausência do Senhor Presidente da Câmara na última assembleia, para a qual não obtiveram explicação, disse que há três semanas o Partido Socialista tinha preparada uma moção, que apresentou hoje. Passou a ler a referida moção, que aqui transcrevo: «*Moção § O recente aumento na factura de Maio, das tarifas de água e resíduos sólidos e a implementação da nova tarifa de saneamento, com os valores aprovados pela maioria do PSD na Câmara Municipal, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, não mereceu sequer a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

atenção de um aviso prévio, aos Senhores Múncipes. § Infelizmente, só depois de conhecida a justificada indignação dos Manteiguenses e só após o Partido Socialista ter também denunciado o caso na última Assembleia Municipal, é que a Câmara veio remendar o assunto com uma “informação” aos Manteiguenses. § Não há razões objectivas para os aumentos agora praticados. § Desde logo, ninguém compreende a instituição duma taxa fixa, por ser ilegal e não estar prevista nos regulamentos municipais. § Por outro lado, não se compreende que a Câmara Municipal invoque a Lei das Finanças Locais para justificar os aumentos, quando é a mesma Lei que declara no número dois do artigo décimo sexto que “os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva”... Isto é, a Lei só obriga a que os custos sejam suportados pelos múnicipes, desde que esses mesmos custos sejam razoáveis e resultem de uma gestão cuidada e eficiente. § Ora, gestão cuidada e eficiência produtiva não são preocupações desta Câmara Municipal. § Desde logo, porque é manifesta a diferença entre o volume de água que a Câmara factura e o que paga à empresa Águas do Zêzere e Côa. § E quem tem de pagar esta diferença são todos os Múncipes. § Por outro lado, tem de dar-se razão aos argumentos apresentados pelos Vereadores do Partido Socialista, quando declararam em acta da Câmara Municipal: “A situação socioeconómica de Manteigas só piorou. E como piorou e não há nada que a tenha melhorado, nada nos levará a votar favoravelmente uma proposta que venha onerar os Múncipes em termos de pagamento de tarifas, de impostos ou de taxas cobradas pela Câmara Municipal” ou ainda: “A Câmara tem que dar sinais claros de uma recuperação económica, reduzindo a despesa corrente e só depois deste exemplo dado pela própria Câmara, é que poderá estar à vontade para aumentar as tarifas que vão onerar a população”. § Finalmente, Manteigas é um concelho privilegiado em termos de captação e distribuição de água. A Câmara Municipal tem o dever de salvaguardar esta situação favorável mas, infelizmente, nada tem feito. § Pelo contrário, perante a ruínosa gestão da empresa Águas do Zêzere e Côa, a Câmara Municipal limita-se a transferir para os Múncipes os respectivos encargos, sem olhar à situação concreta de Manteigas. § Pelas razões apontadas, formulamos o nosso voto de protesto pela aplicação das novas tarifas de saneamento e do aumento das de abastecimento de água e recolha de resíduos sólidos. § Exigimos, por isso, a revogação da deliberação tomada pela Câmara em vinte e sete de Fevereiro de dois mil e oito.» -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão solicitou que o Senhor Presidente da Câmara respondesse às duas questões que colocou, respostas previamente necessárias para que a sua intervenção seguinte seja ou não necessária. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que está de acordo que os custos com a tarifa de saneamento — que começou a ser paga pela Câmara Municipal há um ano e só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

agora a fez incidir sobre os munícipes — ajuda a complicar a débil situação económica do Concelho de Manteigas. A tarifa é aqui mais elevada que nas regiões do Litoral, onde o poder de compra é superior ao nosso. A responsabilidade pelo custo elevado deve-se em grande medida à falta da intervenção do Governo, que até agora não cumpriu o que ele próprio assumiu no PEAASAR 2007-2013, que o Senhor Presidente da Câmara passou a ler: “... os indicadores disponíveis sobre o custo real do serviço apontam para valores de um euro por metro cúbico para cada uma das vertentes (valores médios), ou seja, globalmente cerca do dobro do actualmente praticado. Por outro lado, os custos associados à gestão e exploração dos serviços de saneamento de águas residuais acarretam encargos muito mais elevados do que os que se verificam nos serviços de abastecimento de água. Assim, verifica-se que actualmente os níveis tarifários que se aplicam nestes serviços são claramente insuficientes para permitirem uma gestão economicamente sustentável. Na grande generalidade dos municípios os tarifários praticados não obedecem a um equilíbrio entre princípios de sustentabilidade, equidade social e protecção ambiental. Estas situações devem ser corrigidas através da intervenção do Estado, seja criando condições para uma regulamentação e uma regulação mais abrangente e independente, seja através de incentivos e medidas correctivas das actuais assimetrias, por forma a introduzir alguma equidade no sector e a promover a sustentabilidade futura dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais”. Disse depois que, como se sabe, a Águas do Zêzere e Côa é uma empresa em que o Estado é o maior accionista através da Águas de Portugal. Como o Estado não interveio até agora, apoiando os sistemas em áreas como a nossa, a Câmara de Manteigas entende, no respeito pelas leis, que ponderará vir a equacionar de que forma poderá minimizar o impacte da cobrança da tarifa de saneamento aumentando as Despesas Correntes seguindo, se possível, a recomendação feita pelo Grupo Municipal do PSD. Parece-lhe que há aproveitamentos político-partidários da situação socioeconómica de Manteigas, a que se juntam ataques pessoais que em nada contribuem para a possível melhoria da situação. Repete que o Estado é, do seu ponto de vista, o grande e maior responsável pelos custos exagerados e que, como Presidente da Câmara, lamenta mas é sua obrigação cumprir a legalidade nas decisões do Órgão Executivo a que preside. Afirmou que a Câmara se preocupa prioritariamente com as pessoas, como se vê pelos apoios sociais e se pode confirmar nas contas de gerência. Esclareceu também que o seu lugar no Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa é de vogal não-executivo, sendo os administradores executivos propostos pela Águas de Portugal. Disse depois que há matérias que ganham estatuto de controversas e que, geral e transversalmente, as forças políticas locais entendem esgrimir para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

agregação de críticas alavancadas no descontentamento de quem se vê em dificuldades socioeconómicas e a quem vão sendo exigidos regular e continuamente novos sacrifícios. A posição mais cómoda, neste caso e em sua opinião, é varrer os problemas para debaixo do tapete e fazer de conta. Desta maneira evitam-se críticas, incómodos e mal-estar. Acontece que a essência da actividade política é decidir no estreito respeito e cumprimento da lei, mas também garantindo a continuidade e sustentabilidade das instituições da coisa pública. Perguntou então: “afinal numa altura de apertos, constrangimentos e sacrifícios não é melhor estar parado e quem vier atrás que feche a porta? Era, sim, meus Senhores. Era mais cómodo e pacífico. Então se era mais fácil deixar tudo na mesma — depois logo se vai ver —, porquê alguém há-de entender que se devem tomar decisões? Porque é que se decidiu alterar as taxas? Seremos estúpidos? Seremos masoquistas? Seremos insensatos? Seremos insensíveis? Seremos maldosos e sem sentimentos? Não, não foi nada disto. Bem vistas as coisas, e modéstia à parte, não me parece que em mim se encaixem a estupidez, o masoquismo, a insensatez, a maldade e a incapacidade de sentir os problemas por que todos vamos passando. Teríamos todas as razões e argumentos para não decidirmos e ainda criaríamos espaços amplos para criticar as políticas nacionais de emprego, dos combustíveis, da falta de investimentos públicos, o abandono do Interior, os impostos e um rosário de queixas que generalizadamente ganharam assento entre nós. Do nosso ponto de vista os eleitos devem cumprir os seus deveres e não podem hipotecar o futuro, por não quererem assumir os incómodos da governação, fazendo no seu Concelho o contrário do País e do Governo que elegeu como primeira prioridade o combate do deficit público e pôr as contas em dia. Para nós é preferível, como faz o Governo, distribuir os sacrifícios por todos e tentar apoiar os que mais precisam e os que garantirão o nosso futuro: idosos, pobres e jovens.” Esta atitude significa, no seu entendimento, seriedade, responsabilidade, sustentabilidade e realidade. Apesar de tudo, em nome da justiça social e distributiva — como se comprova nas contas da Câmara, em despesas correntes —, a Câmara despendeu mais de um milhão e meio de euros nos apoios às pessoas e instituições. “E lá estão as tarifas de água, lixo e esgotos”. Aguarda que o Governo, cujas leis segue, olhe para os Municípios mais desfavorecidos e ajude as pessoas na crise, como consta do seu plano de águas e saneamento. O Governo é que está em falta no respeito pela lei. Pelo seu lado, a Câmara irá fazer o possível. “A nobreza deste salão não reside na sua construção. O Salão Nobre é nobre porque os que o utilizam lhe emprestam a nobreza dos seus actos e das suas ideias, estes e aqueles a bem de Manteigas e dos Manteiguenses. Não temos aqui certamente um campo de batalha, pois não acreditamos que as pessoas que aqui passam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

são inimigas umas das outras. Certamente que terão soluções diversas para as questões e para os problemas, o que só enobrece a vivência cívica e democrática. Também sabemos que os grupos em presença não são agrupamentos de escuteiros e como tal esgrimem os seus argumentos e as suas razões, que podem não ser convergentes. Com novas propostas e sugestões todos temos a ganhar e na diversidade poderão encontrar-se os melhores caminhos. Muitas vezes alguns de nós terão tendência para julgar sem que a culpa esteja formada. Aqui não estamos no Tribunal e não se julga sem culpa formada. Por vezes usamos retórica inflamada, o que não terá grande mal, excepto se essa actuação pretende esconder falta de suporte para as nossas posições. Cada um dos presentes representa uma boa parte da nossa Comunidade Manteiguense e deve fazê-lo a bem dessa comunidade o melhor que sabe e pode, mas entendo que não estamos aqui para fazer julgamentos personalizados. Por mim faço, desde já, o *mea culpa* se alguma vez não tiver seguido este entendimento e este propósito. As Instituições que representamos estão para além de cada um de nós no tempo e no espaço. A cada um cumpre representá-las e defendê-las respeitando e fazendo respeitar a legalidade e os legítimos interesses representados. Aos Senhores Deputados Municipais cumpre fiscalizar e deliberar. É a atitude mais nobre, quiçá de extrema dificuldade, o que implica bom senso e informação adequada, pois daqui saem aprovados as linhas e os objectivos que orientarão os procedimentos e as execuções. Continuo a achar que as divergências e reclamações devem ser motivo de reflexão e criatividade, pelo que na demonstração das diferenças é que se rasgam caminhos alternativos, se vivifica a arte da política e a riqueza da democracia e se justificará a alternância. Reitero que o lugar que ocupo na Águas do Zêzere e Côa em representação da Câmara é de fiscalização dos Administradores Executivos, tendo sido eleito para o cargo por voto unânime dos representantes das Câmaras Municipais em Assembleia-Geral de accionistas. Os custos das tarifas são fixados pelo IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos, entidade autónoma do próprio Estado, e das Câmaras, sendo que os preços facturados pela Águas do Zêzere e Côa são iguais para todas as Câmaras e os contratos de cessão e exploração não permitem alterações às suas cláusulas.” O litoral, em mil novecentos e oitenta e cinco, fez nesta matéria investimentos, que foram menores e o Governo, quando criou a Águas do Zêzere e Côa e as outras empresas de gestão de água, águas residuais e resíduos sólidos no Interior do País, percebeu que os utentes destas pagavam mais que os do litoral e decidiu que devia criar mecanismos de apoio às Câmaras nas zonas mais débeis, com vista a baixar as tarifas de forma a aproximar os valores cobrados. Para esse efeito assumiu o compromisso, no Plano Estratégico de Abastecimento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), de conceder um apoio extraordinário às Câmaras. O facto é que não atribuiu qualquer subsídio e, pelo contrário, criou uma nova taxa para a água e para o saneamento, que teremos que pagar a partir do mês de Julho. As pessoas nesta Assembleia disseram em Fevereiro passado que as despesas correntes representam um volume muito grande das contas da Câmara, mas vinte por cento dessas despesas têm a ver com a água e com os resíduos, que a Câmara pagou para não aumentar as tarifas aos Municípios. Acrescentou que a Câmara tem de fazer cumprir o que a lei determina a este respeito. Está de acordo com os problemas que esta situação representa para as pessoas, afirmando que está cá para defender as gentes de Manteigas, defendendo-as mais do que as pessoas pensam. Mas a verdade é que já aí está um novo imposto de três por cento lançado pelo Governo sobre a água e esgotos e, se as recomendações do PSD forem acolhidas pela Câmara, não venham depois os Senhores Deputados pedir ao Presidente da Câmara que diminua as despesas correntes ou que faça investimentos. Referiu ainda que noventa por cento dos sistemas de gestão estão a atravessar dificuldades. No caso da Águas do Zêzere e Côa, o governo anterior provocou um desencaixe financeiro da empresa ao deixar sair a Covilhã. O Senhor Presidente da Câmara informou depois que seguirá muito de perto esta proposta que lhe foi apresentada pelo PSD e que vai ter de fazer constar expressamente no orçamento esta verba, se a referida proposta vier a ser implementada. Mas pediu ao Senhor Deputado Albino Leitão que não lhe voltasse a dizer que gastou mais do que devia com as despesas correntes. Espera que o Governo arrepie caminho nestas decisões. Apresentará uma proposta ao Executivo e trará a esta Assembleia o resultado da decisão que for tomada.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão, falando de improviso, disse que é a primeira vez que há tanta gente a assistir à Assembleia e que esse facto o toca. Disse que o Senhor Presidente da Câmara tem elementos documentais que o Partido Socialista não tem e que nunca deixou de falar com frontalidade nem nunca 'fulanizou' as coisas. Está cá para dizer a verdade e pede aos presentes que compreendam que a linguagem é política e não pessoal. A razão por estarmos aqui é triste, por acontecimentos que se passaram na anterior reunião da Assembleia Municipal. O que se passou na última Assembleia Municipal prova a incompetência e o desnorte que tomou conta da maioria do PSD na Câmara Municipal. Desde logo, a ordem do dia da última assembleia tinha cinco pontos, dos quais quatro tiveram de ser retirados, por não poderem ser votados face a diversas faltas e erros da Câmara. Ao pedido do Senhor Presidente da Mesa para se cingir ao tema deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado esclareceu estar a contar a história



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apenas para introduzir esta assembleia de hoje. Continuou dizendo que ficou claro nesta Assembleia Municipal que os membros da maioria da Câmara Municipal têm sempre dificuldades em assumir as responsabilidades que são da Câmara. Nessa última Assembleia Municipal, o Senhor Vice Presidente da Câmara até apontou que os erros e as faltas são da secretaria e dos funcionários, registando-se, pois tal lamentável afirmação. Quanto ao desnorte da maioria da Câmara, mostrou uma carta remetida pela Câmara Municipal para exemplificar a desordem que vai na Câmara: há um Munícipe que deu o seu contributo para o inquérito promovido pela Câmara, referente ao Regulamento de Distinções Municipais, dentro do prazo para a discussão pública, e a Câmara Municipal respondeu-lhe em duas linhas, dizendo que o período de intervenção já terminara e que o regulamento já fora aprovado pela Assembleia Municipal, quando não era verdade; o regulamento ainda não foi aprovado pela Assembleia. Disse depois que não mobilizou ninguém para estar presente. Disse também que não compreendeu a atitude do Senhor Presidente da Câmara, quanto à sua ausência na última reunião da Assembleia Municipal. No início dessa Assembleia Municipal o Senhor Presidente mandou comunicar, por via telefónica que vinha a caminho. Afinal, esperou toda a Assembleia Municipal até à uma hora e meia da manhã e o Sr. Presidente da Câmara não apareceu. Por isso, não se compreendem as palavras do Sr. Presidente quando fala em “nobreza” de atitudes, já que nenhum Presidente da Câmara tem o direito de faltar ao respeito e às normas de boa educação para com a Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa interrompeu o Senhor Deputado esclarecendo que na última Assembleia, quando disse que o Senhor Presidente da Câmara ainda estaria presente, o fez com base na informação que lhe tinha sido transmitido. Sabia que o Senhor Presidente da Câmara esteve numa reunião em Lisboa, cujo assunto eram os túneis, e que estaria apenas atrasado. Soube posteriormente que, também devido um problema de saúde de um familiar, não iria estar mesmo presente na Assembleia. -----

-----Retomando a palavra, o Senhor Deputado Albino Leitão lamentou que, sobre este assunto da ausência do Senhor Presidente da Câmara, nem uma palavra ele tenha dirigido à Assembleia, agradecendo os esclarecimentos do Senhor Presidente da Mesa. E, voltando à questão das águas, introduziu as três seguintes questões: Deve a população de Manteigas ser sacrificada com a actualização das tarifas, tendencialmente para suportar na íntegra, como pretende a maioria da Câmara, os custos do sistema? A maioria da Câmara, ao aceitar participar a gestão do sistema, admite ou não que é legal que o sistema é subsidiável? Finalmente, no caso concreto de Manteigas, as opções e as decisões da maioria da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quando decide os aumentos, são adequadas e têm em conta a situação concreta de Manteigas? Para a Câmara Municipal o problema é essencialmente económico e financeiro, pretendendo a sustentabilidade do sistema e invocando para isso o número um do artigo décimo sexto da Lei das Finanças Locais. Por outras palavras: a maioria da Câmara quer uma Câmara rica e um Povo pobre. Mas nós consideramos que a questão é essencialmente social. Isto é, sendo a água um bem essencial, a sua distribuição e o seu uso não podem ficar exclusivamente condicionados por critérios meramente económicos. E aqui é que deve a Câmara adaptar a sua política de acção social, favorecendo todos os Municípios, nomeadamente os de menores rendimentos, e abandonar a falsa acção social que tem vindo a praticar de formas tão descaradas e inconsequentes, mas com claros objectivos politico-partidários. É que não se compreende que a Câmara incentive os não residentes a fixarem-se em Manteigas, beneficiando-os, e bem, com incentivos, e penalize indistintamente todos os residentes com aumentos desregrados das tarifas de água. Defendemos, por isso, a sustentabilidade social do sistema e para isso, citamos até os documentos que a Câmara disponibilizou onde se afirma “a obrigatoriedade de se estabelecerem tarifas socialmente aceitáveis e equitativas” ou que “na fixação da tarifa a entidade gestora tenha em linha de conta a capacidade económica das populações”. Ora, no caso concreto de Manteigas, perante o desemprego generalizado e a redução das oportunidades de criação de riqueza, não pode a Câmara ser ainda mais uma condicionante agravadora das já difíceis condições económicas da população. Aliás, num recente documento, de quatro de Julho, é o próprio Instituto de Águas de Portugal que defende “tarifas de equilíbrio” e não “tarifas necessárias ao equilíbrio económico e financeiro da concessão”. Mas contra isto, argumenta a maioria da Câmara a necessidade de respeitar a Lei, invocando o número um do artigo décimo sexto da Lei das Finanças Locais. Porém, a Câmara só invoca parte da Lei e adultera a sua compreensão e eficácia. Desde logo, omite que o artigo décimo quinto da mesma Lei, no seu número dois, impõe que a “fixação de taxas deve obedecer aos princípios da equivalência e da justa repartição de encargos públicos”. Mas nomeadamente a maioria da Câmara omite o que dispõe o número dois do mesmo artigo décimo sexto que impõe que, para a fixação das tarifas, “os custos suportados”, pela população, “são medidos em situação de eficiência produtiva”. Ora, esta questão assume em Manteigas particular atenção, porque, quanto à gestão do sistema de águas em Manteigas, é manifesto que a Câmara não nos garante o mínimo de “eficiência produtiva”. Desde logo, porque em dois mil e sete, está confirmado pela própria Câmara que dezanove vírgula vinte e nove por cento correspondem a perdas da água: isto é, a Câmara perde no sistema de distribuição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dezanove vírgula vinte e nove por cento da água que tem de pagar à Empresa Águas do Zêzere e Côa. Ora, este prejuízo não pode ser assumido pela população, se, como a maioria da Câmara pretende, os custos tiverem de ser suportados na íntegra pelas tarifas. É que se assim for, então os consumidores ficam à mercê de toda a qualquer gestão ruínosa perpetrada pelos gestores do sistema. A título de exemplo, o Grupo Águas de Portugal deve só à banca um vírgula sete mil milhões de euros, entre dois mil e quatro e dois mil e seis despendeu só em viaturas a administradores dois milhões e meio de euros. Será que devem ser os consumidores a suportar tais desperdícios? E, no que se refere à Empresa Águas do Zêzere e Côa, onde o Senhor Presidente da Câmara é vogal, a situação não é diferente. Há cerca de um ano, a Empresa adquiriu uma nova sede, em *leasing*, pelo valor de um milhão e meio de euros. Anunciou investimentos megalómanos no valor de sessenta milhões e meio de euros e, caso curioso, nenhum desses investimentos se situa ou beneficia Manteigas. É conhecido publicamente o abuso no uso de viaturas da Empresa e nas mordomias dos seus gestores. A este propósito, eu solicitei na última Assembleia Municipal que, através da Câmara, a Empresa fornecesse os dados relativamente os vencimentos e valores de senhas de presença pagos pela Empresa aos seus gestores. Infelizmente, não temos resposta. E o Senhor Presidente da Câmara tem responsabilidades pessoais nesta questão porque é um vogal da Administração, embora não executivo, mas que tem presença nas reuniões. E, assim, à falta de reposta e de esclarecimento — que foi pedido — será que podemos admitir como correcta a informação não confirmada de que cada vogal recebe mil e quinhentos euros por cada reunião? Não nos admira que assim possa ser, já que, por exemplo, é o Presidente da Câmara Municipal de Pombal que afirma que “são socialmente injustos os altos ordenados das empresas de águas “ e que “sabe de casos de autarcas que saem dos seus municípios para irem ganhar seis vezes mais”. Por isso, é manifesto o jogo de interesses que aqui estão em causa. E, em conclusão, não pode ser a população a ter de suportar toda esta situação. Finalmente, quanto ao caso concreto de Manteigas, já se ouviu hoje nesta Assembleia Municipal que a maioria desta Câmara até autoriza para alguns a ligação directa da rede de água sem passar pelo contador. Eu nem posso acreditar nesta situação, mas a verdade é que ela não está desmentida. Mas posso afirmar que é público o abandono das nossas minas e nascentes e é notório o desleixo e a falta de segurança dos nossos depósitos de distribuição de água. A este propósito, mostro aqui fotografias, onde o depósito das Forneas estava recentemente aberto e sujeito a qualquer contaminação e as nascentes do Ribas e da Fonte do Lameiro mostram que há muitos anos que não são limpas nem conservadas. É esta a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

“eficiência produtiva” da maioria desta Câmara! Por outro lado, Manteigas dispõe, como nenhum outro concelho tem, de condições muito favoráveis quanto ao sistema de água. De facto, Manteigas é um concelho privilegiado quer quanto à captação, quer quanto ao tratamento, quer quanto à distribuição de água. Temos água em abundância, não necessitamos de grandes despesas para a distribuição por a mesma ser feita apenas por gravidade. Isto é, temos condições para exigir da Empresa de Águas do Zêzere e Côa um tratamento preferencial que não agrave as nossas tarifas. Só que, infelizmente, há outros interesses que têm estado a impedir este tratamento preferencial. Como diz o Sr. Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, a “Empresa de Águas do Zêzere e Côa come verdadeiramente à mesa do orçamento” e, infelizmente, a maioria da Câmara de Manteigas, em vez de defender os legítimos direitos e condições favoráveis de Manteigas, opta por servir o referido orçamento da Empresa de Águas. Por isso, bem fez a Câmara da Covilhã que não aderiu, quanto à gestão da águas, à Empresa de Águas do Zêzere e Côa, o que bem pode servir de exemplo para Manteigas. E, perante isto e concluindo, nem vale a pena analisar casuisticamente, como fazem os Senhores deputados do PSD, as novas tarifas que, perante o que fica dito, devem ser revogadas. Mas não resisto a tecer apenas dois aspectos. Primeiro, para afirmar a mais descarada ilegalidade duma nova tarifa que a maioria da Câmara chama de “tarifa fixa”, de um euro, imposta pela maioria da Câmara. Não está prevista na Lei nem em nenhum Regulamento Municipal, pelo que devem os consumidores opôr-se ao seu pagamento. Segundo, referencio a situação caricata e irónica — como se o assunto não fosse sério demais — para os caso em que a nova tarifa de saneamento pode ser superior à tarifa de água, invertendo a indexação. Mas isto são apenas pormenores, embora atestadores da injustiça que está a ser feita aos Manteiguenses. Por isso, estamos crentes que a maioria da Câmara possa ainda reconsiderar e, em consequência, possa duma forma sensata e equilibrada resolver o problema que levianamente criou. -----

----- Após a intervenção do Senhor Deputado Albino Leitão, o Senhor Presidente congratulou-se com a forma democrática como os trabalhos estavam a decorrer, face aos tempos disponibilizados para as intervenções, o que provavelmente nunca teria acontecido em anteriores assembleias. -----

----- O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que se admirou com as palavras do Senhor Presidente da Câmara, pré-escritas, “como se a nossa obrigação não fosse fiscalizar a Câmara”.--

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que Manteigas parece que não pertence a Portugal, os pobres não são pobres por causa dos ricos mas são pobres por causa do sistema,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que é preciso alterar. Não acha correcto fazer política aqui a propósito das tarifas e lembrou que todos os presidentes que conheceu nas Águas de Portugal eram do Partido Socialista e, à excepção do primeiro presidente da Águas do Zêzere e Côa, todos foram indicados por governos do Partido Socialista. “Portugal está menos capaz de responder aos graves problemas e nós aqui estamos a defender o papel do desgraçadinho que ficou pobre porque pagou a taxa da água e não ouvimos uma única palavra que motive os Manteiguenses para utilizarem os programas e incentivos e criem os seus postos de trabalho”. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares começou por se dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia, referindo que queria que constasse em acta o seu repúdio por esta sessão da Assembleia Municipal se ter transformado num autêntico comício do Partido Socialista, sendo que nunca lhe tinha passado pela cabeça que isso pudesse acontecer. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa interrompeu o Senhor Deputado para lhe pedir que fosse breve e não se afastasse do tema em discussão. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares retomou a palavra, dizendo que podia chegar aqui e fazer uma abertura tipo PREC: “fim à tarifa da água, fim à tarifa do saneamento, fim à tarifa de resíduos.” Certamente recolheria logo um forte aplauso dos presentes. No entanto não é para isso que aqui está; é, sim, para rebater algumas inverdades que foram ditas ao longo da noite. Não vivemos num país endinheirado e o FMI mostra que vivemos acima das nossas possibilidades, no relatório publicado esta semana. O Banco de Portugal publicou hoje os dados relativos à actividade económica, concluindo que nem no período de recessão de dois mil e três barra dois mil e quatro estivemos tão mal como agora, em termos de indicadores macroeconómicos. Quanto às SCUTS foi aqui dito que são grátis. “Claro que isso não é verdade. O Senhor Deputado Albino Leitão sabe como serão pagas e, a partir de dois mil e doze, todos saberemos. Um serão portajadas dentro de pouco tempo e as outras, quem viver para ver, verá se pagaremos todos ou não.” Voltando às tarifas de água e saneamento, referiu que o comunicado do PS é igual a muitos outros, tendo mostrado vários, de outros concelhos e de outras forças partidárias, com o mesmo teor, que tinha em sua posse. A aplicação das tarifas da água indica que Manteigas, por ser parte integrante de Portugal, tem as mesmas regras que o resto do país. Para demonstrar que as tarifas agora aplicadas não resultam de auto recriação da Câmara Municipal mas sim de uma imposição governamental e de orientações da União Europeia, referiu que os princípios da utilização da água estão definidos na Lei da Água e no recente Decreto-Lei número noventa e sete barra dois mil e oito, tendo lido os segundo e sexto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

parágrafos do ponto um e o terceiro período do quarto parágrafo do ponto dois, ambos do preâmbulo do referido Decreto-Lei: no segundo parágrafo do ponto um, lê-se *“Entre os princípios que agora norteiam a gestão dos recursos hídricos nacionais contam-se o princípio do valor social da água, pelo qual se reconhece que ela constitui um bem de consumo ao qual todos devem ter acesso para satisfação das suas necessidades elementares, o princípio da dimensão ambiental da água, pelo qual se reconhece que esta constitui um activo ambiental que exige a protecção capaz de lhe garantir um aproveitamento sustentável, e o princípio do valor económico da água, pelo qual se reconhece que a água, constituindo um recurso escasso, deve ter uma utilização eficiente, confrontando-se o utilizador da água com os custos e benefícios que lhe são inerentes”*; no sexto parágrafo do ponto um, lê-se *“A compensação desses custos e benefícios constitui, portanto, uma exigência essencial da gestão sustentável da água, pois só quando o utilizador interiorize os custos e benefícios que projecta sobre a comunidade se pode esperar dele um aproveitamento racional dos recursos hídricos escassos de que a comunidade dispõe. Mais do que isso, a compensação dos custos e benefícios associados à utilização dos recursos hídricos constitui uma exigência elementar de igualdade tributária, pois quando não se exige o custo ou o benefício do utilizador, permite-se, afinal, que ele provoque custos que o todo da comunidade acaba por suportar ou que se aproprie gratuitamente de recursos hídricos que são úteis ao todo da comunidade”*; e no terceiro período do quarto parágrafo do ponto dois, lê-se *“Poupa-se também, deste modo, o pequeno utilizador a um encargo que, do ponto de vista social, se poderia revelar demasiado oneroso e poupa -se a administração a um esforço de organização e controlo que se mostraria desproporcionado face aos custos e benefícios em jogo”*. Disse depois que foram igualmente mostradas aqui fotografias dos depósitos de água em Manteigas, tentando com isso dizer que a Câmara não os tem em devido cuidado, mas isso é falso; a Câmara não tem a ver com isso, a responsabilidade da distribuição em alta, onde se incluem os depósitos, são responsabilidade da Águas do Zêzere e Côa e não da Câmara Municipal. Por aquilo a que se tem assistido, quer-se fazer crer que Manteigas está a aplicar uma taxa super inflacionada e, se virmos na revista Visão, de vinte de três de Abril de dois mil e oito, o artigo *“O que o faria mudar de concelho?”*, páginas sessenta e dois a setenta e um, verificamos que Manteigas não aplica tarifas tão mais altas que as mais baixas nacionais. Com base na tabela publicada por essa revista, Manteigas figura na quinquagésima quinta posição do *ranking* e, se forem excluídos os municípios insulares, por razões óbvias, Manteigas salta para as primeiras posições. *“Portanto, quando falamos de equidade, devemos esclarecer de que tipo de equidade falamos. Falamos de nivelamento por baixo ou por cima? Devemos comparar com Belmonte ou com a Guarda? A*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Guarda faz parte do mesmo sistema multimunicipal, faz fronteira com Manteigas e tem preços bem acima dos nossos, sendo que, por parte da concessionária são-lhe cobrados os mesmos valores na distribuição em alta. Extrapolando os números conforme os escalões de Manteigas, podemos concluir que para quatro mil litros em Manteigas se pagam cinco euros e um cêntimo, enquanto na Guarda se pagam seis euros e trinta cêntimos, ou seja, mais vinte e cinco vírgula setenta e cinco por cento. Para um consumo de nove mil litros, cá pagam-se dez euros e trinta e um cêntimos, enquanto na Guarda se pagam catorze euros e trinta cêntimos, ou seja, trinta e oito vírgula setenta por cento a mais. Para um consumo de quinze mil litros, o preço em Manteigas é de vinte e um euros e trinta e três cêntimos e na Guarda é de vinte e seis euros e setenta e cinco cêntimos, sendo a diferença da ordem dos vinte e cinco vírgula quarenta e um por cento. Para consumos de vinte mil litros em Manteigas pagam-se trinta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos, e na Guarda quarenta e um euros e setenta e cinco cêntimos, ou seja, mais vinte e um vírgula vinte e três por cento. Apenas no escalão acima dos vinte e cinco mil litros os valores se aproximam dos de Manteigas, a ter cinquenta e três euros e cinquenta e um cêntimos, e a Guarda com cinquenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos, representando ainda assim um valor de seis vírgula cinco por cento a mais. “Também se disse que para aplicação do princípio utilizador-pagador se deveria procurar eficiência produtiva. Pode-se afirmar que a busca da eficiência produtiva é um caminho sem fim mas a esse respeito Manteigas até tem uma perca de água inferior à média nacional. Ainda assim deve sempre tentar melhorar.” Em relação a mais uma insinuação de má gestão camarária, feita numa intervenção dum membro do PS, em que foi referido que a política social da Câmara se pautava pela organização de festas para os idosos, configurando um desperdício de dinheiro, o Senhor Deputado perguntou se já todos se tinham esquecido das Festas da Vila que enchiam Manteigas todos os fins-de-semana quando o Presidente da Câmara era o Senhor Deputado Albino Leitão. Se nessa altura não eram festas nem festarolas, como dizem ser agora, questionou como se chamavam então.-----

-----Perante as reacções e comentários do público à intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Presidente lembrou os presentes que não podem nem devem manifestar-se durante a intervenção dos Deputados Municipais.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares retomou a sua intervenção dizendo que a Câmara não é dona da Águas de Portugal e que quem colocou os gestores na Águas do Zêzere e Côa não foi a Câmara Municipal. Referiu depois que esta detém apenas dois por cento da empresa e se aquela gasta acima das suas possibilidades a culpa não é da Câmara. Dirigindo-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ao Senhor Deputado Albino Leitão, referiu que, quando o Senhor Deputado falou dos sessenta milhões de euros que a Águas do Zêzere e Côa vai investir — e de que não cabe uma fatia a Manteigas —, se esqueceu, ou não quis dizer, que a empresa investiu em Manteigas quatro milhões de euros desde o ano de dois mil e quatro, o que importa em quinze por cento do valor referido para todos os outros municípios. Terminou deixando um repto aos membros do Partido Socialista para utilizarem os seus canais privilegiados de forma a exigirem a substituição dos administradores das empresas Águas de Portugal e Águas do Zêzere e Côa, cuja gestão consideram não ser a melhor.-----

-----O Senhor Presidente agradeceu a todos os intervenientes que participaram neste ponto da ordem de trabalhos e passou à **votação da Moção** apresentada pelo Partido Socialista, tendo a mesma obtido nove votos a favor, oito votos contra e uma abstenção, pelo que foi **aprovada por maioria e por minuta**. O Senhor Deputado Armandino Suzano não estava presente, nem nesta nem nas votações subsequentes, por se ter ausentado da Assembleia.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista congratula-se com a aprovação da moção e reconhece a sua justificação, nomeadamente porque o Sr. Presidente da Câmara, nas suas intervenções, não conseguiu derrogar que a política tarifária tem de assentar em critérios de sustentabilidade social e não apenas económicos e financeiros. Por outro lado, ficou demonstrado que a Câmara Municipal, pode, legalmente suportar custos de exploração do sistema e, principalmente, pode e deve negociar condições específicas para o concelho de Manteigas, dadas as condições especiais e privilegiadas de que dispõe ao nível da captação e de distribuição de águas públicas. Finalmente, é manifesto que é urgente que a Câmara altere as suas políticas de acção social, nomeadamente no que se refere ao abastecimento de águas, favorecendo todos os munícipes e abandonando varias das suas práticas sociais manifestamente eleitoralistas e inadequadas.” -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares fez a seguinte declaração de voto: “A aprovação desta moção significa ingerência da Assembleia na Câmara Municipal e não tem efeitos práticos já que a Câmara Municipal tinha anuído à recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata”. -----

----- PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO VALOR DE 583.722,00 €,-----

----- PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ESTRADA DE LIGAÇÃO DA EN 232 À ER 338 [Anexo 5] -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente explicou aos presentes que as dúvidas que se lhe deparam quanto ao projecto a ser executado sob a capa deste empréstimo foram esclarecidas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. Concluiu que um dos pontos do projecto poderá não ser justificável, nomeadamente a rotunda junto ao rio, cuja existência só poderá ter efeitos práticos dentro de quatro ou cinco anos, com os melhoramentos que o QREN traga à região da Serra da Estrela. Na sua perspectiva, o valor em que importa a construção dessa rotunda poderia ser aplicado na Estrada Capelo, junto à curva onde está a ponte — este é um local perigoso. Acrescentou que considera este um benefício indispensável, ainda que os custos possam ser superiores ao montante ‘poupado’ com a não construção da referida rotunda. Deixa o ‘recado’ à Câmara Municipal. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho disse que o Grupo Municipal do PSD havia delegado no Senhor Presidente da Mesa, devido aos seus conhecimentos técnicos, a posição da sua bancada quanto a este ponto. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão pediu à Câmara os seguintes esclarecimentos: esta requalificação é uma única empreitada ou são várias? Qual o prazo para a sua execução? Já foi contratado? O pedido deste último esclarecimento deve-se ao facto de ter ouvido dizer na última assembleia que o projecto já foi concursado. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que é uma só empreitada, o prazo é de sessenta dias, o concurso já foi lançado e ainda não foi contratado porque se encontrar em fase de consulta aos concorrentes. -----

-----Não havendo mais intervenientes interessados em participar, o Senhor Presidente colocou a **contratação de empréstimo até ao valor de quinhentos e oitenta e três mil setecentos e vinte e dois euros para a requalificação urbana da estrada de ligação da EN 232 à ER 338 os objectivos propostos a votação**, tendo a mesma obtido nove abstenções e nove votos a favor, pelo que foi **aprovada por maioria e por minuta**. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão fez a seguinte declaração de voto: “Nós não queremos travar o desenvolvimento do Concelho mas, pelo que aconteceu na última Assembleia, não podemos votar a favor. As dúvidas eram pertinentes e justificadas porque o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho recebeu as desculpas do Senhor Presidente da Câmara. Esta obra não obedece aos parâmetros de desenvolvimento do Concelho e atira para as calendas gregas a obra principal deste mandato. Achamos, ainda, que a Câmara Municipal não tem tempo de executar esta obra nos prazos autorizados. Oxalá me engane.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO 3. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL -----

----- Não havendo interessados em intervir neste ponto, o Senhor Presidente passou de imediato à **votação da Primeira revisão orçamental** que foi **aprovada por maioria e por minuta**, com dez votos a favor e oito contra. -----

----- O Senhor Deputado Albino Leitão referiu que fazia a mesma declaração de voto do ponto anterior para a votação desta revisão orçamental. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar por parte dos presentes, o Senhor Presidente desejou boas férias e agradeceu a presença de todos. Deu a sessão por encerrada à uma hora e trinta e cinco minutos do dia dezanove de Julho de dois mil e oito. De referir que a Assembleia acabou para lá do tempo regulamentar com a anuência antecipada de todos os presentes. -----

----- Desta sessão foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa -----

----- O Presidente da Mesa -----

----- João Adelino Paixão Salvado -----

----- O 1º Secretário -----

----- O 2º Secretário -----

----- Patrícia Negrão Duarte Madeira -----

----- Ermelinda Silva Leite Salvado -----